

# Zélia anuncia que Collor aprova propostas econômicas

BRASÍLIA — A economista Zélia Cardoso de Mello considerou aprovadas pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello as linhas básicas do programa econômico preparado sob sua coordenação, que prevê um forte ajuste fiscal acompanhado da negociação de um pacto social para definir as regras de reajuste de preços e salários. O documento apresentado e discutido com o futuro presidente por Zélia e mais seis membros de sua equipe dá opções para o combate à inflação. Em nenhum momento do encontro, Collor referiu-se à escolha de ministros e sequer deu qualquer indicação sobre a estrutura ministerial que pretende para a área econômica. Na próxima segunda-feira, Collor voltará a reunir sua assessoria econômica para dizer o que achou das medidas propostas.

Zélia abriu a reunião com uma exposição resumida do plano, seguida de interferências dos outros formuladores do plano. Collor interrompeu várias vezes os expositores com perguntas, demonstrando preocupação constante com a preservação do poder aquisitivo dos salários e com a manutenção do crescimento econômico. Ele surpreendeu os economistas com o grau de conhecimento dos assuntos tratados. "Foi uma conversa técnica", relatou um dos participantes. "O presidente não se opôs a nenhuma das idéias apresentadas nem fez sugestões". Na avaliação dos formuladores do plano, a reunião trouxe

um grande avanço para a consolidação do programa econômico.

**Entrevista** — Em rápida entrevista coletiva, Zélia anunciou que Collor aprovara a "estrutura básica" de seu plano econômico. A reunião, realizada no anexo II do Itamarati — um prédio conhecido como *bole de noiva* —, começou por volta de 11h e só terminou quatro horas depois. O único intervalo, de apenas dez minutos, foi dedicado a um rápido lanche servido na sala — sanduíches frios de pão, queijo e presunto, acompanhados de coca-cola. Participaram do encontro com Collor os outros seis formuladores do plano coordenado por Zélia: o advogado Luís Octávio Motta Veiga e os economistas Eduardo Modiano, Ibrahim Eris, Luís Eduardo de Assis, José Francisco Gonçalves e Antônio Kandir.

Ao final da reunião, Zélia e seus auxiliares desceram do terceiro para o segundo andar, onde foi realizada a entrevista. O professor da Unicamp Antônio Kandir reafirmou que Collor "gostou muito das propostas". Zélia, que estava tranquila, acrescentou que o encontro foi "muito bom e produtivo". Mas não quis entrar em detalhes sobre a estrutura do plano, informando apenas que abrange os pontos já anunciados durante a campanha eleitoral: reformas administrativa, patrimonial e fiscal, que inclui um amplo projeto de privatização das empresas estatais, além da renegociação da dívida externa. A principal assessora econômica de Collor contestou as críticas de que a

demora do anúncio das medidas estaria intranqüilizando o mercado.

**Espera** — A política econômica do próximo governo, assegurou ela, não reduzirá o nível de atividade da economia nem trará perdas salariais aos trabalhadores. Zélia disse que Collor cumprirá o compromisso, assumido na campanha eleitoral, de modernizar o país, através de uma economia liberada e integrada ao mercado internacional. Ressaltou que a prioridade será o combate à inflação e a recuperação do crescimento econômico. Ao final da entrevista, o economista Luís Eduardo Assis afirmou que não haverá *tarifaço* — correção de desfasagens nos preços e tarifas públicas — nem mudança na política salarial ou aumento significativo de impostos, exatamente como Zélia havia dito na noite anterior ao desembarcar no aeroporto de Brasília. Assis admitiu, porém, que alguns tributos serão revisados.

Zélia e os integrantes de sua equipe voltaram a se reunir separadamente depois da entrevista. Ontem mesmo, Luís Octávio da Motta Veiga e Eduardo Modiano viajaram para o Rio. Hoje, o restante da equipe deixa Brasília, à exceção de Zélia, que deverá viajar somente amanhã. A equipe permanece, a partir de agora, em compasso de espera até a próxima reunião com o presidente eleito. Collor insistiu ontem que, neste intervalo, não seja divulgada nenhuma informação sobre o programa em estudo. Como sinal de sua preocupação, determinou que somente Zélia falasse durante a entrevista coletiva.

Brasília — Gilberto Alves



Zélia: tarefa concluída

## Pontos básicos do programa

**A queda da inflação** — É o principal objetivo do plano retirado das receitas heterodoxas aplicadas pela primeira vez no Plano Cruzado. A diferença é que a tentativa de acabar com a indexação da economia será feita por um amplo pacto social, negociado por representantes do governo, trabalhadores e empresários, para fixação de novas regras de reajustes de preços e salários. Outra diferença em relação aos planos anteriores é que não está previsto o congelamento.

**■ Desindexação** — É o ingrediente do plano retirado das receitas heterodoxas aplicadas pela primeira vez no Plano Cruzado. A diferença é que a tentativa de acabar com a indexação da economia será feita por um amplo pacto social, negociado por representantes do governo, trabalhadores e empresários, para fixação de novas regras de reajustes de preços e salários. Outra diferença em relação aos planos anteriores é que não está previsto o congelamento.

**■ Choque fiscal** — É a parte mais dura do programa. Para zerar o déficit público em dois anos, o plano propõe corte drástico nos subsídios e incentivos fiscais, realinhamento de tarifas públicas e aumento da carga tributária, com elevação de alíquotas do IPI ainda neste ano e criação de novos impostos.

**■ Dívida interna** — A queda da inflação e a credibilidade do novo governo são os instrumentos que via-

bilizariam o alongamento da dívida pública interna, com a progressiva e voluntária troca dos títulos de curto prazo por papéis de vencimento mais longo. O plano descarta a adoção de medidas drásticas para reduzir compulsoriamente o valor da dívida.

**■ Privatização** — Projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso nos primeiros dias de governo estabelece novas regras de privatização das empresas estatais. Uma das principais modificações é a permissão de participação do capital estrangeiro nos leilões de venda das empresas estatais.

**■ Dívida externa** — Afastada a idéia da retirada do aval da União dos contratos externos, a nova proposta visa à redução de US\$ 4 bilhões dos juros devidos anualmente aos bancos credores e à entrada de US\$ 3 bilhões em recursos novos provenientes do Banco Mundial, FMI e Clube de Paris.

**■ Capital estrangeiro** — O fim das reservas de mercado é um dos principais instrumentos para a abertura da economia brasileira à concorrência internacional. Outra mudança será a expressiva redução das alíquotas do imposto de importação.